adecoagro

energia em crescimento

Adecoagro Brasil Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.835.579/0001-51

Rua Iguatemi 192 - 12º andar - Itaim Bibi
CEP 01451-010 - São Paulo/SP - Brasil

www.adecoagro.com/pt

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		29.169	11.637	1.265.248	1.290.925
Caixa e equivalentes de caixa	6	442	41	528.890	559.312
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	22.100	11.713
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	109.630	50.086
Estoques	9	–	–	243.343	178.436
Ativo biológico	12	–	–	184.300	324.939
Tributos a recuperar	10	477	579	57.307	88.023
Dividendos a receber	23	28.250	11.017	–	–
Outros ativos	11	–	–	119.678	78.416
Não circulante		–	–	190.766	43.628
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	42.407	510
Tributos a recuperar	10	–	–	61.275	4.197
Depósitos judiciais		–	–	11.267	10.554
IR e CS diferidos	22	–	–	55.641	15.979
Outros ativos	11	–	–	20.176	12.388
Investimentos	13	1.264.597	1.342.926	–	–
Imobilizado	14	–	–	2.399.099	2.350.557
Intangível	15	–	–	23.379	19.623
		1.264.597	1.342.926	2.613.244	2.413.808
Total do ativo		1.293.766	1.354.563	3.878.492	3.704.733

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		28.426	5.617	463.704	424.742
Fornecedores		2	6	140.054	106.229
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	145.864	189.275
Empréstimos com partes relacionadas	16	–	–	38.576	28.041
Salários e encargos sociais	17	–	–	75.333	62.851
Tributos a recolher	18	–	–	21.974	15.151
Dívida com a União - PESA	19	–	–	540	409
Partes relacionadas	23	174	21	–	–
Dividendos a pagar	25	28.250	5.590	28.275	5.615
Outros passivos	21	–	–	13.088	17.171
Não circulante		2.111	2.111	2.144.059	1.923.540
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	542.108	401.533
Empréstimos com partes relacionadas	16	–	–	1.585.568	1.488.600
Dívida com a União - PESA	19	–	–	–	510
IR e CS diferidos	22	–	–	–	15.400
Provisão para contingências	20	–	–	12.769	13.489
Outros passivos	21	2.111	2.111	3.614	4.008
Total do passivo		30.537	7.728	2.607.763	2.348.282
Patrimônio líquido	25	1.263.229	1.346.835	1.270.729	1.356.451
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social		1.349.405	1.349.405	1.349.405	1.349.405
Reservas de lucro		106.169	17.949	106.169	17.949
Ajuste de avaliação patrimonial		(192.345)	(20.519)	(192.345)	(20.519)
		1.263.229	1.346.835	1.263.229	1.346.835
Participação de não controladores		–	–	7.500	9.616
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.293.766	1.354.563	3.878.492	3.704.733

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas	26	–	–	1.690.470	1.636.050
Custos das vendas	27	–	–	(1.252.175)	(1.278.260)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	12	–	–	(55.097)	83.951
Lucro bruto		–	–	383.198	441.741
Despesas com vendas	28	–	–	(92.918)	(117.314)
Despesas administrativas	28	(384)	(336)	(93.177)	(88.263)
Outras receitas e despesas, líquidas	29	(34)	(3)	298.201	102.815
Participação nos lucros de controladas	13	281.306	83.758	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro		280.888	83.419	495.304	338.979
Receitas financeiras	30	226	73	22.886	27.965
Despesas financeiras	30	(296)	(5)	(203.704)	(246.361)
Resultado financeiro		(70)	68	(180.818)	(218.396)
Lucro antes do IR e da CS		280.818	83.487	314.486	120.583
IR e CS	22	–	–	(33.668)	(37.096)
Lucro líquido do exercício		280.818	83.487	280.818	83.487
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		280.818	83.487	280.818	83.487
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhões de ações		–	–	134.940	134.162
Lucro básico e diluído por lote de um milhão de ações - R$		–	–	2,08	0,62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	280.818	83.487	280.818	83.487
Itens que serão reclassificados para o resultado (Perdas) ganhos com *hedge* de fluxo de caixa reflexo, líquido dos impostos	(171.402)	23.827	(171.402)	23.827
	(171.402)	23.827	(171.402)	23.827
Total do resultado abrangente do exercício	109.416	107.314	109.416	107.314
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	109.416	107.314	109.416	107.314

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Lucros a distribuir	Ajuste de avaliação patrimonial: *Hedge accounting* reflexo	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído reflexo	(Prejuízos) lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º/01/2017	1.333.833	11.029	–	–	(52.755)	9.327	(60.866)	1.240.568	9.730	1.250.298
Aumento e integralização de capital	15.572	(11.029)	–	–	–	–	–	4.543		4.543
Realização do custo atribuído, líquidos de impostos	–	–	–	–	–	(918)	918	–	–	–
Hedge accounting das investidas, líquido dos impostos	–	–	–	–	23.827	–	–	23.827	–	23.827
Plano de remuneração em ações	–	–	–	–	–	–	–	–	(114)	(114)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	83.487	83.487	–	83.487
Destinações do lucro:										
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(5.590)	(5.590)	–	(5.590)
Transferência entre reservas	–	–	1.177	16.772	–	–	(17.949)	–	–	–
Em 31/12/2017	1.349.405	–	1.177	16.772	(28.928)	8.409	–	1.346.835	9.616	1.356.451
Plano de remuneração em ações	–	–	–	–	–	–	–	–	1.382	1.382
Reembolso de ações restritas	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.498)	(3.498)
Realização do custo atribuído, líquidos de impostos	–	–	–	–	–	(424)	424	–	–	–
Hedge accounting das investidas, líquido dos impostos	–	–	–	–	(171.402)	–	–	(171.402)	–	(171.402)
Lucros distribuídos	–	–	–	(16.772)	–	–	–	(16.772)	–	(16.772)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	280.818	280.818	–	280.818
Destinações do lucro:										
Transferência entre reservas	–	–	14.041	90.951	–	–	(104.992)	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	(148.000)	(148.000)	–	(148.000)
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(28.250)	(28.250)	–	(28.250)
Em 31/12/2018	1.349.405	–	15.218	90.951	(200.330)	7.985	–	1.263.229	7.500	1.270.729

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da CS	280.818	83.487	314.486	120.583
Ajustes				
Depreciação e amortização	–	10	530.898	464.353
Impairment de perdas por irrecuperabilidade de ativos	–	–	2.497	57
Variação no valor justo do ativo biológico e produto agrícola	–	–	55.097	(83.951)
Ajuste a valor presente	–	–	–	(44)
Resultado na alienação/baixa do ativo imobilizado	–	–	4.616	7.003
Resultado na venda de subsidiária	–	–	(130.202)	–
Impairment de contas a receber	–	–	618	–
Plano de pagamento baseado em ações	–	–	1.382	4.431
Resultado de participações societárias	(281.306)	(83.758)	–	–
Resultados instrumentos derivativos, líquidos de hedge accounting	–	–	(11.477)	(20.271)
Resultado financeiros, líquido de hedge accounting	–	–	189.379	212.607
Provisão para contingências	–	–	240	2.677
	(488)	(261)	957.534	707.445
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(101.738)	34.977
Estoques	–	–	(64.906)	51.304
Ativos biológicos	–	–	85.542	46.037
Tributos a recuperar	102	313	(21.032)	2.624
Depósitos judiciais	–	–	(1.673)	196
Outros ativos	(3)	–	(51.553)	(27.694)
Fornecedores	–	6	27.963	(7.722)
Salários e encargos sociais	–	–	12.482	(22)
Tributos a recolher e parcelados	–	–	6.555	4.482
Outros passivos	–	(1)	45.807	3.929
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(389)	57	894.981	815.556
Juros pagos	–	–	(154.310)	(106.250)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(389)	57	740.671	709.306
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	–	(624.646)	(555.509)
Aquisições de ativos intangíveis	–	–	(6.860)	(1.946)
Recebimento pela venda de subsidiárias	–	–	127.500	–
Dividendos Recebidos	171.000	–	–	–
Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado	–	–	3.832	5.774
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	171.000	–	(500.174)	(551.681)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Ingressos de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	–	–	505.149	780.425
Ingressos de empréstimos com partes relacionadas (Nota 16)	–	–	–	1.431.584
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	–	(587.278)	(1.945.253)
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	–	–	(14.966)	–
Recebimento (liquidação) de partes relacionadas	153	(101)	38	331
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(170.363)	–	(170.363)	–
Ações restritas reembolsadas	–	–	(3.498)	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(170.210)	(101)	(270.918)	267.087
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	401	(44)	(30.421)	424.712
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41	85	559.311	134.600
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	442	41	528.890	559.312

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Atividades operacionais: A Adecoagro Brasil Participações S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na capital do Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a participação em empresas sediadas no Brasil. Seu principal controlador é a Adecoagro LP SCL, com sede em Luxemburgo, subsidiária indireta da Adecoagro S.A. (Nota 1.2). A Companhia exerce a atividade de controladora do Grupo Adecoagro no Brasil "Grupo", com participação societária em empresas controladas (adiante denominadas "controladas"), as quais atuam na produção de açúcar, etanol na co-geração e comercialização de energia elétrica, produção, processamento, armazenamento, comercialização, importação e exportação de produtos relacionados à agricultura. **1.2. Grupo Adecoagro:** O Grupo Adecoagro (o "Grupo") é um dos principais produtores de alimentos e energia renovável da América do Sul. Está presente na Argentina, Brasil e Uruguai com atividades relacionadas à produção de grãos, arroz, oleaginosas, lácteos, açúcar, etanol, e algodão, em terras próprias e de parceria, além da co-geração de energia elétrica. No Brasil, suas operações compreendem a produção de açúcar, etanol, energia elétrica, café, soja, milho e arroz, nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins e Bahia e está representado pelas seguintes empresas: • Adecoagro Brasil Participações S.A. (Controladora do Grupo) • Adeco Agropecuária Brasil Ltda. • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (*Holding* operacional) • Usina Monte Alegre Ltda. • Adecoagro Commodities Ltda. • Adecoagro Energia Ltda. • Q065 Negócios Imobiliários Ltda. • Monte Alegre Energia Ltda. • Angélica Energia Ltda. Essas companhias e empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos gastos são objeto de rateio conforme mencionado na Nota 23. A Companhia é controlada indiretamente pela Adecoagro S.A., companhia de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2018 pelo Grupo: **CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 9. A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38 (IAS 39), que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Os impactos da adoção da norma não são materiais. **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes:** Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 15. A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substituiu o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos da adoção da norma não são materiais. **ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento:** Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 22. Essa interpretação da norma entrou em vigor em 1º/01/2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31/12/2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos, e adotou 31/12/2017 como sendo a data de transição. Os impactos da adoção da norma não são materiais. **2.2. Normas novas e interpretação de normas que ainda não entraram em vigor: CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 16. Em 2016, o IASB concluiu seu projeto de longa data sobre contabilidade de arrendamentos e publicou o IFRS 16 "*Leases*" que substituiu o atual IAS 17, ratificado pelo CPC em 2017 como "Operações de arrendamento mercantil". Isso exigirá mudanças na contabilização por arrendamentos em particular. A norma aplica-se a períodos anuais com início em, ou após 1º/01/2019. A administração da Companhia atualmente está avaliando o potencial impacto da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras. **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 23. A vigência da presente Interpretação será para períodos de relatórios anuais com início em, ou após, 1º/01/2019. A administração da Companhia atualmente está avaliando o potencial impacto da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras. **2.3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 31/03/2019. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3.1. Consolidação:** As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente: • Adecoagro Brasil Participações S.A. (Controladora do Grupo) • Adeco Agropecuária Brasil Ltda. • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (*Holding* operacional) • Usina Monte Alegre Ltda. • Adecoagro Commodities Ltda. • Adecoagro Energia Ltda. • Q065 Negócios Imobiliários Ltda. • Monte Alegre Energia Ltda. • Angélica Energia Ltda. **2.4. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação e mensuração:** O Grupo avalia os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos pela Companhia e classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumento de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento e a mensuração inicial: um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **(a) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante (Nota 5.1). **(b) Custo amortizado:** Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado são os instrumentos de dívida de modelo de negócio que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, cujo que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal (Nota 5.1). **(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, que devem ser classificados nesta categoria são os instrumentos de dívida dentro do modelo de negócio com o objetivo de coletar fluxos de caixa e vender. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.5.3. Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes no mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1. **2.5.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte. Os instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando este for designado como *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. O Grupo adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designou os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos: a) Instrumentos de *hedge*: • Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio -"ACC", Pré-pagamento de Exportação - "PPE", Partes relacionadas Nota de Crédito à Exportação -"NCE", entre outros); • Instrumentos derivativos futuros (*Swap* de câmbio). b) Objeto de *hedge*: • Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominado em moeda estrangeira (USD), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciado na projeção de vendas do departamento comercial. c) Riscos protegidos: • O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. **2.6.1. *Hedge* de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da exportação ou da venda futura que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de fluxo de caixa são reconhecidos na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.7. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). O Grupo possui cinco UGC's: (i) as unidades industriais Angélica e Ivinhema da controlada Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI"); (ii) a unidade industrial da controlada Usina Monte Alegre Ltda.; (iii) uma fazenda detida pela controlada Q065 Negócios Imobiliários Ltda; (iv) a unidade industrial da controlada Adecoagro Commodities Ltda. (ACO) e (v) a unidade industrial da controlada Adecoagro Energia Ltda. (AEN). A Companhia e suas controladas utilizam o modelo de "valor em uso" para realizar o teste de *impairment* das UGC's de "AVI", "UMA", "ACO" e "AEN" e o modelo de "valor líquido de vendas" para a controlada "AAB" e para "Q065", quando aplicável. **2.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.9. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **3.1. *Impairment* de ativos financeiros:** O Grupo analisa os ativos financeiros sujeitos ao modelo de perda esperada de crédito estabelecido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O impairment é calculado com base em análise de cada ativo financeiro, segregado por portfolios, baseados nos contratos de clientes e nas suas características. Com base nos estudos são projetadas médias históricas dos estágios de crédito dos três últimos exercícios (incluindo o atual), para projeção dos percentuais de perda esperada para cada portfolio. **3.2. Valor justo dos ativos biológicos: 3.2.1. Lavoura de cana-de-açúcar:** O valor justo dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Nas controladas "AVI" e "UMA" essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, e considera a melhor estimativa da Empresa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana (Nota 12). O resultado dessa nova avaliação pode ser muito diferente do resultado apresentado caso alguma ou várias dessas premissas não se confirmem. Nesse contexto, as controladas "UMA" e "AVI" avaliaram o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2018, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das variáveis (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço futuro do açúcar (tela da bolsa de Nova Iorque, *Sugar* #11) para o exercício de 2018, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R$ 38.854 (2017 - R$ 60.257) no valor do ativo biológico em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, se a estimativa projetada de produção da cana-de-açúcar variasse para mais ou para menos em 5%, o valor do ativo biológico seria aumentado ou reduzido em, aproximadamente, R$ 24.509 (2017 - R$ 29.600). Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. **3.2.2. Lavoura de grão:** Na controlada "AAB" essa avaliação considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de soja, algodão e milho, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a produtividade estimada dessas lavouras, aos preços futuros estimados dessas commodities, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes a colheita dessas commodities (Nota 12). Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. **3.3. IR, CS e outros tributos:** O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. Os tributos diferidos são reconhecidos contabilmente sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **3.4. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. **3.5. Provisão para contingências:** O Grupo é parte envolvido em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face à potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **3.6. Perda (*impairment*) estimada do ágio:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas Notas 15. **3.7. Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. A vida útil do ativo imobilizado é revisada, no mínimo anualmente. **3.8. Remuneração com base em ações:** O valor justo da remuneração com base em ações é calculado tomando como base a técnica Black-Scholes, que considera, entre outras variáveis, o preço de exercício da ação e a volatilidade esperada do preço da ação e a taxa de juros livre de risco para a vida da opção.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco do Grupo estabelecida pelo Comitê de Risco, o qual avalia o risco das posições (volumes, custos e preços) em mercadorias agrícolas de sua produção e adquiridas de terceiros, quando for o caso, nos mercados SPOT, Futuros e Opções, no Brasil e no exterior, incluindo o uso de instrumentos financeiros derivativos, e em relação aos riscos cambiais e de taxa de juros. **4.1.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia corporativa nas condições da política de gerenciamento de riscos. Os instrumentos financeiros contratados derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. **(a) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade das controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As controladas têm monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A ocorrência de "descompassos" de tempo e valor entre esses ativos e passivos é administrada por meio da utilização dos mecanismos de proteção ("*hedging*") disponíveis no mercado, conforme decisão da administração da Companhia e suas controladas. **(c) Risco de crédito:** A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de suas carteiras de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas suas contas a receber. As vendas dos principais produtos do Grupo são centralizadas em poucos clientes, porém com boa qualidade creditícia, sem risco de inadimplência:

Produto	Porcentagem (*)	Quantidade de clientes
Açúcar cristal	73%	79
Açúcar orgânico	100%	28
Açúcar VHP	100%	11
Etanol	100%	54
Energia elétrica	97%	29
Soja	100%	6
Milho	100%	1
Arroz	80%	51

(*) A porcentagem refere-se a representatividade de vendas centralizadas em relação às vendas totais do exercício social. As operações realizadas com a parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A. (Nota 23), empresa integrante do Grupo Adecoagro com sede no Uruguai, correspondem a aproximadamente 14% das vendas, está principalmente vendas de açúcar cristal e VHP. **(d) Risco de liquidez:** É o risco do Grupo não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, bem como aportes de capital, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, e a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira do Grupo, em 31 de dezembro, pode ser assim sumariado:

	Nota	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Empréstimos e financiamentos	16	2.312.116	2.107.449
Dívida com a união - PESA	19	540	919
Total dos empréstimos e financiamentos		2.312.656	2.108.368
Menos: caixa e equivalentes de caixa	6	(528.890)	(559.312)
Dívida líquida		1.783.766	1.549.056
Total do patrimônio líquido		1.270.729	1.356.451
Total do capital		3.054.495	2.905.507
Índice de alavancagem financeira - %		58	53

4.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos ativos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo com instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros do Grupo mensurado pelo valor justo em 31 de dezembro.

Consolidado	2018 Nível 1	2018 Nível 2	2018 Nível 3	2018 Total	2017 Nível 1	2017 Nível 2	2017 Nível 3	2017 Total
Ativos								
Mensurado ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos	22.100	–	–	–	11.713	–	–	11.713
Contas a receber e demais contas a receber	–	152.037	–	152.037	–	50.596	–	50.596
Outros investimentos a valor justo (Nota 11)	–	–	2.934	2.934	–	–	1.340	1.340
Total do ativo	22.100	152.037	2.934	154.971	11.713	50.596	1.340	63.649
Passivos								
Mensurado ao valor justo por meio do resultado Dívida com a União - PESA (Nota 19)	–	540	–	540	–	919	919	919
Total do passivo	–	540	–	540	–	919	919	919

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Em 1º/01/2018, data da adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a administração avaliou quais os modelos de negócios se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pela Companhia e classificou os instrumentos financeiros nas devidas categorias da nova norma. Os principais efeitos provenientes dessa reclassificação são demonstrados a seguir:

5.1. Ativo, conforme o balanço patrimonial:

Controladora	2018	2017
	Custo amortizado (empréstimos e recebíveis em 2017)	
Caixa e equivalentesde caixa (Nota 6)	442	41

Consolidado	Custo amortizado (empréstimos e recebíveis em 2017)	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31/12/2018			
Caixa e equivalentes de caixa	528.890	–	528.890
Contas a receber de clientes e demais conta a receber	152.037	–	152.037
Depósitos judiciais	11.267	–	11.267
Instrumentos financeiros derivativos	–	22.100	22.100
Margem enviada a corretoras de valores mobiliários (Nota 11)	1.596	–	1.596
Outros investimentos (Nota 11)	–	2.934	2.934
	693.790	25.034	718.824
Em 31/12/2017			
Caixa e equivalentes de caixa	559.312	–	559.312
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	50.596	–	50.596
Depósitos judiciais	10.554	–	10.554
Instrumentos financeiros derivativos	–	11.713	11.713
Margem enviada a corretoras de valores mobiliários (Nota 11)	2.249	–	2.249
Outros investimentos (Nota 11)	–	1.340	1.340
	622.711	13.053	635.764

5.2. Passivo, conforme o balanço patrimonial:

Consolidado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31/12/2018			
Empréstimos e financiamentos	687.972	–	687.972
Empréstimos com partes relacionadas	1.624.144	–	1.624.144
Fornecedores	140.054	–	140.054
Dividendos a pagar	28.275	–	28.275
Dívida com a União - PESA	–	540	540
	2.480.445	540	2.480.985
Em 31/12/2017			
Empréstimos e financiamentos	590.808	–	590.808
Empréstimos com partes relacionadas	1.516.641	–	1.516.641
Fornecedores	106.229	–	106.229
Partes relacionadas	5.615	–	5.615
Dívida com a União - PESA	–	919	919
	2.219.293	919	2.220.212

O Grupo avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Caixa e bancos	433	33	94.135	153.988
Títulos e valores mobiliários (i)	9	8	434.755	405.324
	442	41	528.890	559.312

(i) Na Companhia, em 31/12/2018, as operações referem-se às aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remuneradas de 85% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI (2017 - as operações referem-se às aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remuneradas de 85% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI), com liquidez imediata e sem risco de mudança de valor da Companhia. Nas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração variando entre 85% a 100% e Operações Compromissadas/Debêntures, com remuneração variando entre 70% e 101%, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2017 - referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração variando entre 97,50% a 98,50% e Operações Compromissadas/Debêntures, com remuneração variando entre 65% e 100,5% , da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (CONSOLIDADO)

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para negociação e são classificados no ativo ou passivo circulante.

7.1. Operações em aberto:

	Consolidado 2018 Ativo	Consolidado 2017 Ativo
Contratos de futuros - açúcar	21.162	11.535
Contratos de opções - açúcar	938	178
	22.100	11.713

As operações com contratos futuros de açúcar foram contratadas pela controlada "AVI" com o objetivo de proteção dos preços das respectivas *commodities* agrícolas no mercado futuro. Em 31 de dezembro de 2018, os valores de referência *(notional)* dos contratos futuros totalizam US$65.251.369 (2017 - US$ 118.264.271).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

O contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e demais contas a receber correspondem a outros contratos de vendas no decurso normal das atividades do Grupo.

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Clientes nacionais	39.983	46.305
Clientes estrangeiros (i)	55.895	4.467
Menos: provisão para *impairment* de contas a receber de clientes	(618)	(176)
	95.260	50.596
Contas a receber por venda de subsidiária (ii)	56.777	–
	152.037	50.596
Circulante	(109.630)	(50.086)
Não circulante	42.407	510

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses títulos não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor já provisionado. Em 31/12/2018, as perdas esperadas com contas a receber totalizam R$ 618 (2017 - R$ 176) para os quais foram constituídos provisão para *impairment*. (i) Em 31/12/2018, as controladas "AVI" e "UMA" incluíam o montante de R$ 23.287 (2017 - R$ 1.064) de contas a receber com a parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A. (Nota 23). (ii) Em junho de 2018, a controlada "AVI" registrou a venda da subsidiária Q043 - Negócios imobiliários Ltda. vendida pelo montante de R$ 68.000, com pagamento de R$ 7.500 à vista, equivalente a duzentas mil sacas de soja, e mais quatro parcelas anuais de duzentas mil sacas, cujo primeiro vencimento será em 30/06/2019.

9. ESTOQUES (CONSOLIDADO)

Nas controladas "AVI", "UMA" e "ACO", os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, se inferior ao valor líquido de realização, é constituída provisão para desvalorização desses estoques a mercado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Produto acabado - etanol	139.594	92.571
Produto acabado - açúcar	11.396	14.166
Produto acabado - açúcar orgânico	4.004	–
Produto acabado - arroz	84	249
Matéria-prima - arroz em casca	40	–
Produto agrícola - soja	–	6.723
Insumos agrícolas	56.264	34.742
Combustíveis e Lubrificantes	4.714	3.104
Materiais auxiliares, de manutenção e outros	27.495	26.881
Provisão para perdas na realização dos estoques	(248)	–
	243.343	178.436

Os estoques de produtos acabados têm a seguinte composição em quantidade:

	2018	2017
Etanol - metros cúbicos	97.993	77.788
Açúcar - toneladas	5.175	5.559
Açúcar orgânico - toneladas	2.959	–
Soja - toneladas	–	5.626
Arroz - toneladas	63	394

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	–	–	91.659	69.361
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1	9	4.200	1.624
Programa de integração social - PIS (ii)	–	–	599	857
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	–	–	2.572	3.488
Reintegra - PIS/COFINS (iii)	–	–	9.557	9.197
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	476	522	4.815	2.312
Contribuição social sobre lucro - CSLL	–	48	1.594	2.065
Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS	–	–	338	222
Imposto sobre produto industrializado - IPI	–	–	3.094	2.938
Programa de recuperação fiscal - REFIS	–	–	154	156
	477	579	118.582	92.220
Circulante	(477)	(579)	(57.307)	(88.023)
Não circulante	–	–	61.275	4.197

(i) O ICMS a recuperar será compensado com os tributos apurados nas vendas de açúcar, etanol e grãos considerando, para os tributos sobre o imobilizado, a proporção determinada pela legislação fiscal aplicável. Adicionalmente, o Grupo adota como política comercial de utilizar o excesso de créditos acumulados estimados, baseados na projeção para os próximos 12 meses para vendas, para comercialização com terceiros. **(ii)** Em relação aos créditos de PIS e COFINS a recuperar, originados na proporção das vendas de mercado interno, as controladas "AVI" e "UMA" utilizarão os créditos para compensação com os tributos apurados na venda substancialmente na comercialização de etanol e energia elétrica (Nota 18). Em relação aos créditos relativos às vendas de exportação há a expectativa de utilização na compensação com outros tributos federais a pagar e, também, foram solicitados pedidos de ressarcimento em espécie, de acordo com a legislação vigente. **(iii)** O Reintegra será compensado com outros tributos federais a pagar, de acordo com a legislação vigente.

11. OUTROS ATIVOS (CONSOLIDADO)

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Adiantamentos de salários	3.759	3.579
Adiantamentos a fornecedores (i)	7.292	6.618
Adiantamento a fornecedores a parceria agrícola (i)	111.803	72.487
Margem enviada a corretoras de valores mobiliários	1.596	2.249
Despesas antecipadas	4.988	4.032
Outros investimentos a valor justo	2.934	1.340
Venda de créditos de ICMS	744	331
Créditos de Funrural com parceiros agrícolas (ii)	6.737	–
Outros	1	168
	139.854	90.804
Circulante	(119.678)	(78.416)
Não circulante	20.176	12.388

(i) Nas controladas "UMA" e "AVI", os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais, de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas são demonstrados ao custo. Em 31/12/2018, os adiantamentos a parceiros agrícolas classificados no ativo não circulante no montante de R$ 8.851 (2017 - R$ 5.488) referem-se a adiantamentos efetuados por conta da produção de áreas de expansão e renovação de áreas de produção de cana-de-açúcar, e que serão apropriados ao custo de produção de açúcar e etanol durante as colheitas futuras da cana-de-açúcar oriundas destas áreas com plantação de cana-de-açúcar. (ii) Na controlada "AVI", corresponde a créditos de Funrural com parceiros agrícolas, no montante de R$ 5.041, classificados no ativo circulante (Nota 18).

12. ATIVOS BIOLÓGICOS (CONSOLIDADO)

Em 31/12/2018, as controladas "UMA" e "AVI" possuem lavouras de cana-de-açúcar em cerca de 153.690 hectares (2017 - 137.930 hectares) de terras cultiváveis nos Estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, entre terras próprias e de parceria agrícola. Essa cana-de-açúcar é utilizada como matéria-prima no processo industrial para a fabricação de açúcar e etanol. Na controlada "UMA" do total de terras cultiváveis 1.511 hectares (2017 - 1.652) foram destinadas para o cultivo de cana orgânica. O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, e produz em média seis safras. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos. Em 31/12/2018, a controlada "UMA" possui lavouras de soja em terras próprias em cerca de 244 hectares (2017 - 322 hectares). Em 31/12/2018, a da controlada "AAB" não possui áreas cultiváveis (2017 - possuía 11.548 hectares em áreas cultiváveis de terras próprias, nos estados da Bahia e Tocantins). **12.1. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: 12.1.1. Modelo e premissas da cana-de-açúcar:** (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) para a cana-de-açúcar, e (ii) do preço estimado do mercado futuro do quilo do ATR. (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para colheita (ii) custos com planta portadora, e (iii) custo de capital (parceria agrícola, máquinas e equipamento e mão de obra). Com base na estimativa de receitas e custos, as controladas "AVI" e "UMA" determinam os fluxos de caixa dos 12 meses futuros a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. **12.1.2. Modelo e premissas de grãos:** (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja, e em quilos para o algodão, e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto. (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a colheita, e (iii) custo de capital (mão de obra e de máquinas e equipamentos). Com base na estimativa de receitas e custos, as controladas "AAB" e "UMA" determinam os fluxos de caixa futuros a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados.

12.2. Movimentação do valor justo dos ativos biológico:

	Cana	Cana Orgânica	Grãos	Consolidado 2018 Total	Consolidado 2017 Total
Ativos biológicos no início do exercício:	299.083	9.148	16.708	324.939	287.025
Aumentos por custos agrícolas incorridos	338.708	6.632	10.586	355.926	353.391
Reduções decorrentes da colheita (ii)	(384.684)	(5.720)	(51.064)	(441.468)	(399.428)
Variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas (i)	(74.346)	(4.866)	24.115	(55.097)	83.951
Ativos biológicos no final do exercício:	178.761	5.194	345	184.300	324.939

(i) A variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas se refere ao resultado apurado na valorização do ativo biológico no momento da colheita, registrado no resultado do exercício em contrapartida do custo da cana-de-açúcar colhida que integrará o custo de produção do açúcar e do etanol e ao resultado apurado na valorização a mercado do ativo biológico não colhido. Nas controladas "AVI" e "UMA" teve um ganho de R$ 57.486 e R$ 3.891 respectivamente pela cana colhida e perda de (R$ 120.654) e (R$ 15.069) pela cana não colhida (2017 - ganho de R$ 66.774 pela cana colhida e perda de R$ 9.163 pela cana não colhida). Em 2018 a controlada "UMA" gerou um ganho de R$ 1.211 pela cana orgânica colhida e uma perda de (R$ 6.077) pela cana orgânica não colhida. Da variação no valor justo da controlada "AAB" do ativo biológico e do produto agrícola colhido refere-se ao resultado apurado na valorização do ativo biológico no momento da colheita, registrado no resultado do exercício em contrapartida do custo dos produtos agrícolas levado ao estoque. (ii) Em 31/12/2018, do total de "AVI e UMA" R$ 390.404 (2017 - R$ 361.662), o montante de R$ 375.767 (2017 - R$ 346.816) compõe o custo de produção industrial nas controladas "AVI e UMA", e o montante de R$ 14.637 (2017 - R$ 14.846) foi capitalizado como cana para muda na linha de "Ativo imobilizado".

13. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

13.1. Informações sobre as investidas:

	Milhares de ações/quotas	Participação societária	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Em 31/12/2018				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.347.698	99,99%	1.315.205	281.306
Em 31/12/2017				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.347.698	99,99%	1.525.091	83.758

13.2. Movimentação dos investimentos:

	Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. 2018	Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. 2017
Em 1º de janeiro	1.342.926	1.241.815
Participação nos lucros de controladas	281.306	83.758
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(171.402)	23.827
Dividendos propostos pela investida	(28.250)	(11.017)
Adiantamento de dividendos por investida	(159.983)	–
Reembolso de ações de subsidiárias	–	4.543
Em 31 de dezembro	1.264.597	1.342.926

13.3. Comentários sobre as sociedades investidas: 13.3.1. Controladas diretas e indiretas: (a) Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. - "AVI": Sediada em Angélica/MS, tem como objeto social a fabricação e a comercialização de açúcar e etanol, bem como a co-geração de comercialização de energia elétrica. A planta industrial de "Angélica", localizada na cidade de Angélica/MS, tem capacidade instalada para a moagem de, aproximadamente, 5.500.000 toneladas de cana-de-açúcar. Na safra 2018/2019, foram moídas, aproximadamente, 4.847.000 toneladas de cana-de-açúcar (2017/2018 - 4.454.000 toneladas), com a produção de 131.935 toneladas de açúcar, 290.140 metros cúbicos de etanol e 462.412 Megawatt-hora de energia elétrica (2017/2018 - 230.118 toneladas de açúcar, 190.426 metros cúbicos de etanol e 423.701 Megawatt-hora de energia elétrica vendida). A unidade industrial "Ivinhema" tem uma capacidade instalada de aproximadamente 6.000.000 de toneladas de cana-de-açúcar. Na safra 2018/2019, foram moídas aproximadamente 5.427.000 de toneladas de cana-de-açúcar (2017/2018 - 4.656.000 toneladas), com a produção de 146.472 toneladas de açúcar, 338.778 metros cúbicos de etanol e 541.285 Megawatt-hora de energia elétrica (2017/2018 - 242.981 toneladas de açúcar, 208.604 metros cúbicos de etanol e 533.641 Megawatt-hora de energia elétrica). Durante 2018, seguindo uma oportunidade de mercado e havendo atingido o máximo potencial produtivo das fazendas, a controlada realizou a venda das suas subsidiárias Q043 Imobiliária Ltda. cujo principal ativo é a Fazenda Conquista (Tocantins/TO) e da Q045 Negócios Imobiliários Ltda, cujo principal ativo é a Fazenda Rio de Janeiro (Barreiras/BA), anteriormente de propriedade da controlada indireta Adeco Agropecuária Brasil Ltda. Conseguindo assim capturar o valor de transformação da terra ocorrida desde o momento da aquisição, gerando um lucro de R$ 130.202 (Nota 29), com um retorno de 258% sobre o investimento inicial. A controlada concentrará seus esforços no segmento de Açúcar, Etanol e Energia, dando início no final do ano 2018 as operações de Adecoagro Energia Ltda., sendo projetado para 2019 um volume de energia exportada de 204.677 MWh. **(b) Usina Monte Alegre Ltda. - "UMA":** Sediada em Monte Belo/MG, tem como objeto social a fabricação e a comercialização de açúcar e etanol, bem como a co-geração e comercialização de energia elétrica e soja. A planta industrial tem capacidade instalada para a moagem de, aproximadamente, 1.100.000 toneladas de cana-de-açúcar. Na safra 2018/2019, foram moídas, aproximadamente, 1.084.778 toneladas de cana-de-açúcar (2017/2018 - 1.131.907 toneladas), com a produção de 66.092 toneladas de açúcar, 46.082 mil metros cúbicos de etanol e 45.662 Megawatt-hora de energia elétrica vendida (2017/2018 - 93.969 toneladas de açúcar, 34.985 metros cúbicos de etanol e 50.544 Megawatt-hora de energia elétrica vendida). Em agosto de 2018 a controlada realizou a primeira colheita de cana-de-açúcar com tratamento orgânico. Foram colhidos aproximadamente 98.200 tons de cana-de-açúcar e utilizadas integralmente para produção de aproximadamente 7.012 tons de açúcar demerara orgânico. Em 2018, foram produzidas, aproximadamente 1.249 toneladas de soja (2017 - 976). **(c) Adecoagro Commodities Ltda. - "ACO":** Sediada em Monte Belo/MG, e tem como atividade preponderante a comercialização, beneficiamento, importação e exportação de produtos, de subprodutos e de resíduos resultantes das atividades agrícolas, pecuários, agroindustriais e pastoris, ou necessários a seu desenvolvimento. Em 2017, a Empresa iniciou a operação de arroz, realizando o beneficiamento e comercialização do produto. Em 2018, a controlada beneficiou 2.160 toneladas de arroz (2017 - 179 toneladas). A planta industrial tem capacidade de produção e armazenamento instalada para 1.200 toneladas de arroz. **(d) Adeco Agropecuária Brasil Ltda. - "AAB":** Sediada em Luís Eduardo Magalhães/A, tem como atividade preponderante a produção, processamento, armazenamento, comercialização e exportação de produtos relacionados a agricultura. Seu principal quotista é Adecoagro Commodities Ltda., empresa controlada pela Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., que em conjunto com outras empresas controladas, direta ou indiretamente, formam o Grupo Adecoagro (Nota 1.2). As atividades da Empresa compreendem: • Grãos: produção de soja e milho em terras próprias; e • Café: cessão do direito de exploração. No exercício de 2018, foram produzidas, aproximadamente, 64.265 toneladas de soja e 6.001 de milho (2017 - 28.373 de soja e 24.638 de milho). **(e) Adecoagro Energia Ltda. - "AEN":** Sediada em Ivinhema - MS, e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de energia elétrica. A controlada elaborou um contrato de comodato com sua principal quotista Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., para utilização do imóvel para execução de projeto de geração de energia elétrica por intermédio de gerador alimentado por vapor oriundo da produção de açúcar e etanol. Para o ano de 2019 a controlada tem projetado um volume de energia exportada de aproximadamente 204.677 Mwh. **(f) Outras empresas controladas:** Q065 Negócios Imobiliários Ltda., Monte Alegre Energia Ltda. e Angélica Energia Ltda. não tiveram operações no ano de 2018. **13.3.2. Outras informações:** As demonstrações financeiras individuais das controladas (Nota 1.2) foram preparadas pela Administração do Grupo e foram aprovadas em 31/03/2019.

14. IMOBILIZADO

Edifícios, dependências e benfeitorias, plantas portadoras, instalações industriais, máquinas e equipamentos, equipamento de informática e comunicação, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluem benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com confiança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias divulgadas abaixo, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com exceção das plantas portadoras, cujo o método é de produtividade ao longo da vida útil. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como custo das vendas, despesas com vendas e administrativas. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados baseados na utilização econômica do bem. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual do ativo imobilizado é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receita e despesas, líquidas", na demonstração do resultado. Anualmente, durante o período de entressafra das controladas "AVI" e "UMA", a indústria de açúcar, etanol e energia e os equipamentos agrícolas são restaurados como parte de programa de manutenção regular. Os custos relacionados "manutenção de entressafra" e a depreciação desses bens durante o período de entressafra são classificados como ativo imobilizado e apropriados ao custo de produção na próxima safra. Na controlada "UMA" o custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º/01/2009, são reconhecidos com base no disposto no CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a controlada optou por mensurar seu ativo imobilizado pelo mesmo valor utilizado na preparação das demonstrações financeiras de sua controlada, uma vez que o custo atribuído desses ativos já foi determinado quando da transição das demonstrações financeiras da Empresa para as Normas Internacionais para Relatórios Financeiros - IFRS.

14.1. Controladora:

	Instalações industriais e elétricas	Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas	Total
Em 1º/12/2017	–	10	10
Depreciação	–	(10)	(10)
Em 31/12/2017	–	–	–
Custo total	50	104	154
Depreciação acumulada	(50)	(104)	(154)
Valor residual	–	–	–
Em 1º/12/2018	–	–	–
Custo total	50	104	154
Depreciação acumulada	(50)	(104)	(154)
Em 31/12/2018	–	–	–

14.2. Consolidado:

	Terras e terrenos	Plantas portadoras	Edifícios, dependências e benfeitorias	Instalações industriais	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas	Veículos	Manutenção de entressafra	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado total
Em 1º/12/2017	138.374	704.609	240.794	319.344	7.049	741.900	17.599	67.229	15.735	6.378	3.400	2.262.411
Adições	–	268.255	14.327	686	1.706	49.868	2.521	6.422	146.232	42.795	33.305	566.117
Baixas	–	–	(152)	(361)	(13)	(10.852)	(30)	(1.369)	–	–	–	(12.777)
Transferências para tributos a recuperar (ii)	–	–	(650)	–	–	(2.447)	–	(50)	(21)	(289)	–	(3.457)
Transferências	–	–	4.128	8.479	(37)	29.497	(10)	4.308	7.436	(22.591)	(31.210)	–
Depreciação	–	(183.463)	(14.154)	(16.543)	(2.526)	(93.511)	(1.642)	(17.846)	(132.052)	–	–	(461.737)
Em 31/12/2017	138.374	789.401	244.293	311.605	6.179	714.455	18.438	58.694	37.330	26.293	5.495	2.350.557
Custo total	138.374	1.435.476	312.366	397.147	19.447	1.177.722	27.094	161.996	286.830	26.293	5.495	3.988.240
Depreciação acumulada	–	(646.075)	(68.073)	(85.542)	(13.268)	(463.267)	(8.656)	(103.302)	(249.500)	–	–	(1.637.683)
Valor residual	138.374	789.401	244.293	311.605	6.179	714.455	18.438	58.694	37.330	26.293	5.495	2.350.557
Em 31/12/2017	138.374	789.401	244.293	311.605	6.179	714.455	18.438	58.694	37.330	26.293	5.495	2.350.557
Adições	–	355.209	22.358	1.723	1.718	36.905	6.459	7.641	136.596	47.646	21.042	637.297
Baixas	–	–	(325)	(119)	(39)	(5.629)	(456)	(1.843)	–	(5)	(60)	(8.476)
Baixas cisão parcial	(41.974)	(6.061)	(1.394)	(903)	–	(69)	–	–	–	–	–	(50.401)
Transferências para tributos a recuperar (ii)	–	–	(413)	–	–	(1.539)	–	–	–	–	(125)	(2.077)
Transferências	–	–	6.230	4.887	–	45.372	84	6.380	2.778	(49.773)	(15.958)	–
Depreciação	–	(237.970)	(15.694)	(17.353)	(2.546)	(95.428)	(2.005)	(18.238)	(138.567)	–	–	(527.801)
Em 31/12/2018	96.400	900.579	255.055	299.840	5.312	694.067	22.520	52.634	38.137	24.161	10.394	2.399.099
Custo total	96.400	1.784.624	338.822	402.735	21.126	1.252.762	33.181	174.174	426.204	24.161	10.394	4.564.583
Depreciação acumulada	–	(884.045)	(83.767)	(102.895)	(15.814)	(558.695)	(10.661)	(121.540)	(388.067)	–	–	(2.165.485)
Valor residual	96.400	900.579	255.055	299.840	5.312	694.067	22.520	52.634	38.137	24.161	10.394	2.399.099
Taxa anual de depreciação - %		16,7	5,6	4,4	19,1	8,6	14,8	20,4				

14.3. Comentários sobre o imobilizado: (i) Em 31/12/2018 e 2017, as obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se à ampliação da capacidade de produção e à renovação de equipamentos, maquinarias e instalações nas unidades industriais do Grupo; (ii) No exercício de 2018, a administração reclassificou para o custo de aquisição dos bens do ativo imobilizado o montante de R$ 2.077 (2017 - R$ 3.457) como tributos a recuperar, que corresponde aos créditos de ICMS dos bens utilizados na fabricação de produtos não abrangidos pelo benefício fiscal do crédito presumido, na proporção de suas respectivas vendas; (iii) As despesas com depreciação que impactaram no resultado ficaram refletidas nas rubricas: "Custos de produção industrial, despesas com vendas e administrativas" (Nota 28).

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Os *softwares* adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los *softwares* e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. O ágio da controlada "UMA" (R$ 5.604) está fundamentado na rentabilidade futura. O ágio foi amortizado até 31/12/2008 e, após aquela data, não sofreu amortização contábil, somente fiscal. O ágio da controlada "AVI" (R$ 8.089) está fundamentado na rentabilidade futura estimada com base na instalação da unidade produtiva de Ivinhema que começou a ser amortizado para fins fiscais a partir de maio de 2013, com o início de suas atividades produtivas. Contabilmente o ágio é testado anualmente para verificar perdas por impairment comprovando que o valor contábil é recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do item do ágio excede seu valor recuperável, sendo deduzido do valor de custo. Em 31/12/2018 e 2017 as controladas "AVI" e "UMA" não registraram perdas por *impairment*. Os custos com a aquisição de marcas e patentes são capitalizados e não são amortizados.

	Ágio	Marcas	Licenças de *software*	Consolidado Total
Em 1º/01/2017	13.693	35	6.563	20.291
Custo	13.693	35	12.834	26.562
Amortização acumulada	–	–	(6.271)	(6.271)
Saldo contábil, líquido	13.693	35	6.563	20.291
Adições	–	–	1.948	1.948
Amortização	–	–	(2.616)	(2.616)
Em 31/12/2017	13.693	35	5.895	19.623
Custo	13.693	35	14.782	28.510
Amortização acumulada	–	–	(8.887)	(8.887)
Saldo contábil, líquido	13.693	35	5.895	19.623
Em 1º/01/2018	13.693	35	5.895	19.623
Adições	–	–	6.860	6.860
Baixas	–	–	(8)	(8)
Amortização	–	–	(3.096)	(3.096)
Em 31/12/2018	13.693	35	9.651	23.379
Custo	13.693	35	21.634	35.362
Amortização acumulada	–	–	(11.983)	(11.983)
Saldo contábil, líquido	13.693	35	9.651	23.379

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	1º/01/2017	Captações	Amortização principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Variação cambial	Custo de transação	31/12/2017
Moeda estrangeira									
Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial do dólar estaduniense e juros médios anuais de 3,33% (2016 - juros anuais de 3,67%)	26.405	14.460	(25.891)	(888)	773	588	–	15.447
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros médios anuais de 3,70%	–	6.690	(6.292)	(45)	46	(399)	–	–
Pré-pagamento de exportação	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 6,35% (2016 - juros anuais de 6,25%)	97.239	–	–	(6.044)	6.128	1.408	690	99.421
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 3,50% acima da Libor 3 meses	129.887	126.234	(261.194)	(4.561)	4.233	4.634	767	–
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,40% acima da Libor 3 meses	361.614	–	(355.992)	(11.415)	11.280	(8.947)	3.460	–
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,56% acima da Libor 3 meses	–	98.755	(98.245)	(2.560)	2.567	(517)	–	–
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,65% acima da Libor 3 meses	354.233	489.480	(831.699)	(35.882)	35.040	(25.072)	13.900	–
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,80% acima da Libor 6 meses	47.974	–	(46.940)	(2.273)	2.177	(939)	–	–
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 5,90% acima da Libor 3 meses	16.369	–	(16.440)	(626)	542	155	–	–
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,80% acima da Libor 6 meses	14.942	–	(14.525)	(668)	641	(390)	–	–
Pré-pagamento de exportação - Intercompany	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 7,90%	–	612.593	–	–	13.726	32.614	–	658.933
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 7,95%	–	818.991	–	–	14.063	24.655	–	857.709
Conta garantida para brokers	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,00% + Libor 1 Semana	–	5.956	–	–	41	111	–	6.108
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 3,25% + Libor Overnight	–	4.807	(1.728)	–	17	27	–	3.123
(Cesta de Moedas)	e juros anuais de 8,54% (2016 - juros anuais de 8,29%)	25.842	–	(4.450)	(2.208)	3.117	295	–	22.596
Capital de Giro	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,60% acima da Libor 3 meses	48.244	–	(16.476)	(2.352)	2.339	687	347	32.789
Moeda nacional									
BNDES-FINAME	Juros médios anuais de 2,56% (2016 - juros médios anuais de 4,26%)	77.156	33.323	(70.110)	(4.397)	4.293	–	285	40.550
BNDES - FINEM	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e juros anuais de 3,73% (2016 - juros médios anuais de 3,75%)	101.016	207	(22.643)	(10.522)	11.641	–	2.960	82.659
	Juros médios anuais de 2,50%	241.222	–	(43.925)	(5.578)	5.530	–	–	197.249
CDC	(2016 - juros médios anuais de 5,67%)	988	–	(867)	(148)	27	–	–	–
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	Juros médios anuais de 2,50%	109.181	–	(18.571)	(2.499)	2.455	–	299	90.865
Capital de giro	Variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e juros anuais de 2,1%	91.723	–	(90.000)	(11.488)	9.765	–	–	–
	Variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e juros anuais de 3,2%	18.763	–	(18.750)	(2.095)	2.082	–	–	–
Saldos credores bancários		2	513	(515)	–	–	–	–	–
Total		1.762.800	2.212.009	(1.945.253)	(106.250)	132.524	28.910	22.708	2.107.449
Circulante		(548.980)							(217.316)
Não circulante		1.213.820							1.890.133

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	1º/01/2017	Captações	Amortização principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Variação cambial	Custo de transação	Depósito em garantia	31/12/2017
Moeda estrangeira										
Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial do dólar estaduniense e juros médios anuais de 3,51%	15.447	12.320	(21.354)	(563)	392	1.602	–	–	7.844
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros médios anuais de 4,25%	–	7.754	–	–	19	(4)	–	–	7.769
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros médios anuais de 4,60%	–	6.676	(8.018)	(178)	170	1.350	–	–	–
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros médios anuais de 3,68%	–	6.716	(7.790)	(144)	143	1.075	–	–	–
Cédula de crédito bancário	Juros médios anuais de 7.50% (2017 - juros anuais de 7,50%)	–	3.000	(3.000)	(55)	55	–	–	–	–
Pré-pagamento de exportação	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 6,35%	99.421	–	(78.523)	(5.699)	4.913	12.523	497	–	33.132
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 6,77%	–	280.433	–	(1.009)	4.235	10.160	(2.524)	–	291.295
Pré-pagamento de exportação - Partes relacionadas	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 7,90%	658.933	–	(18.833)	(55.948)	56.376	113.119	–	–	753.647
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 7,95%	857.709	–	(134.698)	(69.594)	72.579	144.502	–	–	870.498
Conta garantida para *brokers*	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,00% + libor 1 semana	6.108	28.411	(34.437)	(9)	59	(128)	–	–	4
	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 3,25% + libor *overnight*	3.123	159.170	(155.271)	(64)	296	1.237	–	–	8.491
BNDES - FINEM (Cesta de moedas)	Variação cambial do dólar estadundense e juros anuais de 8,75% (2017 - juros anuais de 8,54%)	–	–	(4.892)	(1.974)	1.903	3.562	–	–	(1.401)
BNDES - FINEM (Cesta de moedas)	Variação cambial do dólar estadundense e juros anuais de 8,54% (2016 - juros anuais de 8,29%)	22.596	–	–	–	–	–	–	–	22.596
Capital de giro	Variação cambial do dólar estaduniense e juros anuais de 4,60% acima da Libor 3 meses	32.789	–	(38.430)	(1.863)	1.808	5.395	305	–	4
Moeda nacional										
BNDES-FINAME	Juros médios anuais de 2,50% (2017 - juros médios anuais de 2,54%)	40.550	–	(19.924)	(688)	663	–	232	–	20.833
BNDES - FINEM	Variação da taxa de juros de longo Prazo - TJLP e juros anuais de 3,73% (2017 - juros médios anuais de 3,73%)	82.659	–	(19.155)	(8.420)	8.888	–	2.433	76	66.481
	Juros médios anuais de 2,50%	197.249	–	(38.760)	(4.516)	4.451	–	–	–	158.424
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	Juros médios anuais de 2,50%	90.865	–	(18.571)	(2.041)	1.997	–	244	–	72.494
Outros	Saldos credores bancários	–	593	(588)	–	–	–	–	–	5
Total		2.107.449	505.073	(602.244)	(152.765)	158.947	294.393	1.187	76	2.312.116
Circulante		(217.316)								(184.440)
Não circulante		1.890.133								2.127.676

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo não circulante. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por exercício social de vencimento:

	2018	2017
2019	–	146.643
2020	84.969	88.341
2021	121.992	88.330
2022 até 2024	1.920.715	1.566.819

social de vencimento:

	2018	2017
Não circulante	2.127.676	1.890.133
Pré-pagamento de exportação	288.772	42.421
Pré-pagamento de exportação - partes relacionadas (ii)	1.585.568	1.488.600
BNDES-FINAME (i)	15.623	30.962
BNDES - FINEM (i)	183.777	239.365
FCO - Fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste	53.936	72.320
Capital de giro BRL	–	16.465
Não circulante	2.127.676	1.890.133

(i) Os financiamentos das controladas estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de R$ 339.429 (2017 - R$ 813.503), contratos de exportação de açúcar e aval do Grupo e de diretores. (ii) Em 31/12/2018 alguns contratos de financiamento exigem que a controlada "AVI" (2017 -"AVI" e "UMA") cumpra determinados índices financeiros ("*covenants*") ao final de cada exercício social, sob pena de, a critério dos credores, ter o vencimento antecipado dos contratos. Em 31/12/2018 e de 2017, esses índices foram cumpridos pelas controladas da Companhia. (iii) Em 2017, a Companhia realizou operação de financiamento com sua controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e o principal no vencimento do contrato, conforme detalhado abaixo:

Controladas	Data do contrato	Data da liberação dos recursos	Data do vencimento do principal	Posição em dólares (USD) em 31/12/2017	Amortização do principal no ano	Posição em dólares (USD) em 31/12/2018
"AVI"	19/09/2017	22/09/2017	13/09/2024	170.000.000	(3.980.000)	166.020.000
"AVI"	26/09/2017	02/10/2017	15/09/2023	150.000.000	(22.686.000)	127.314.000
"AVI"	25/10/2017	01/11/2017	15/09/2022	105.000.000	(13.134.000)	91.866.000
"UMA"	19/09/2017	22/09/2017	13/09/2024	25.000.000	(1.000.000)	24.000.000

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	2018	2017
Salários e ordenados a pagar	31.853	17.973
Provisão para férias e encargos	33.215	34.742
Encargos sobre a folha de pagamento	7.638	7.779
Participação nos lucros	2.038	2.054
Outros encargos	589	303
	75.333	62.851

18. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	2018	2017
Contribuição ao INSS	6.029	5.869
Imposto sobre circulação de	–	–
sercadorias e serviços - ICMS	4.703	3.316
Imposto de renda setido na fonte - IRRF	–	–
IRPJ e CSLL	246	–
Programa integração social - PIS	50	864
COFINS	425	3.998
Programa especial regularização tributária - PRR (i)	7.661	–
Imposto sobre serviços - ISS	825	526
FADEFE a recolher	1.080	–
Outros	954	578
	21.973	15.151

(i) As controladas "AVI" e "UMA" são responsáveis tributárias das contribuições previdenciárias "FUNRURAL" incidente nas compras de cana-de-açúcar de produtor rural pessoa física e aplicou a suspensão da retenção por força de liminar judicial no período julho de 2010 a março de 2017. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 718.874/RS-RG no ano de 2017, onde foi reconhecida a constitucionalidade do FUNRURAL, a Companhia voltou a realizar a retenção da contribuição dos produtores à partir de março de 2017 e ingressou no parcelamento de débitos fiscais da Receita Federal do Brasil - (Programa especial de regularização tributária rural-PRR), instituído pela Lei 13.606/18 , para efetuar o pagamento dos valores suspensos. Os valores relacionados aos débitos que foram parcelados serão cobrados dos produtores rurais sendo eles responsáveis pela contribuição.

19. DÍVIDA COM A UNIÃO - PESA (CONSOLIDADO)

Correspondem a dívidas de financiamentos bancários que tiveram seus prazos de vencimento alongados, quando de sua repactuação junto a instituição financeira federal, no exercício de 1998, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. Consoante essa repactuação, o principal é atualizado pela variação do IGP-M, e será amortizado em parcela única, substancialmente em 2020, mediante resgate de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, adquiridos, cedidos e transferidos em caráter irrevogável ao credor. Os juros anuais são calculados sobre o principal atualizado pela variação do IGP-M, limitada a 9,5% ao ano, e são liquidados no mês de março de cada ano. O principal corresponde ao valor presente do fluxo de desembolsos futuros estimados (valor justo de liquidação). Sobre os certificados descritos anteriormente, que também são atualizados pela variação do IGP-M, incidem juros de 12% ao ano, os quais são contratualmente capitalizados para que, no vencimento, o montante apurado do CTN seja igual ao valor da dívida. Com base na Medida Provisória nº 2.196, a União passou a ser credora desses financiamentos, permanecendo sem alterações as demais condições pactuadas no contrato firmado junto à instituição financeira. Em garantia dessa dívida, foram oferecidos avais, hipotecas de bens do ativo imobilizado, bem como os certificados acima descritos, que tem vencimento igual ao da dívida.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	1º/01/2017	Pagamento de juros	Juros incorridos	31/12/2017
Pesa					
Dívida com a União - PESA	Juros anuais de 4,48% (2016 - 4,48%)	17.143	(482)	1.018	17.679
CTN - PESA	Juros anuais de 12% e ajuste a valor presente	(15.474)	–	(1.286)	(16.760)
		1.669	(482)	(268)	919
Circulante		(651)	–	–	(409)
Não circulante		1.018	–	–	510

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	1º/01/2018	Pagamento de juros	Juros incorridos	31/12/2018
Dívida com a União - PESA	Juros anuais de 4,48%	17.679	(1.545)	2.880	19.014
CTN - PESA	Juros anuais de 12% e ajuste a valor presente	(16.760)	–	(1.714)	(18.474)
		919	(1.545)	1.166	540
Circulante		(409)	–	–	(540)
Não circulante		510	–	–	–

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

20.1. Composição das contingências: Nas datas das demonstrações financeiras, as controladas da Companhia apresentavam os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Depósitos Judiciais	Total
Em 1º/01/2018	10.651	2.228	1.134	(524)	13.489
Adições	4.510	466	76	(2.226)	2.826
Valores não usados, estornados	(1.230)	(164)	(37)	703	(728)
Usado durante o exercício	(3.261)	(120)	–	563	(2.818)
Em 31/12/2018	10.670	2.410	1.173	(1.484)	12.769
Em 1º/01/2017	8.938	1.453	946	(586)	10.751
Adições	12.555	938	227	(1.650)	12.070
Valores não usados, estornados	(3.834)	(1 00)	(39)	691	(3.282)
Usado durante o exercício	(7.008)	(63)	–	1.021	(6.050)
Em 31/12/2017	10.651	2.228	1.134	(524)	13.489

20.2. Natureza das contingências: O Grupo é parte envolvida em processos tributário, trabalhistas, cíveis, e ambientais e estão discutindo essas questões tanto na esfera judicial como na administrativa. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das contingências pode ser sumariada como segue: Tributárias - referem-se a créditos tributários tomados indevidamente. Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados e fiscalizações do Ministério do Trabalho. Cíveis - substancialmente representados por ações indenizatórias. Ambiental - refere-se, substancialmente, a ausência de licença ambiental de determinada propriedade agrícola. **20.3. Passivos contingentes: (a) Adecoagro Vale do Ivinhema:** Em 31/12/2018, o Grupo possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R$ 24.253 (2017 - R$ 15.380), para as quais não há provisão constituída. Adicionalmente, a controlada possui depósitos judiciais no montante atualizado de R$ 6.651 (2017 - R$ 6.394), registrados no ativo não circulante, para garantia de processos judiciais junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (referente a exigibilidade do Funrural nas compras de cana-de-açúcar), ambos sem a necessidade de constituição de passivo, por terem probabilidades de perda possível e remota, respectivamente. **(b) Usina Monte Alegre Ltda.** Em 31/12/2018, a controlada possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R$ 44.956 (2017 - R$ 38.917), para as quais não há provisão constituída.

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Adiantamentos de clientes (i)	–	–	12.039	16.576
Contas a pagar - processos trabalhistas	–	–	896	889
Prêmios de remuneração em ações (Nota 32)	2.111	2.111	3.087	3.373
Corretagem	–	–	680	–
Outras contas a pagar	–	–	–	341
	2.111	2.111	16.702	21.179
Circulante	–	–	(13.088)	(17.171)
Não circulante	2.111	2.111	3.614	4.008

(i) Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos pelo Grupo a título de venda futura de etanol e açúcar, com liquidação prevista para o exercício de 2019 (2017 - etanol, açúcar e energia elétrica, foram realizados em 2018).

22. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (CONSOLIDADO)

22.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	74.386	32.396
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais 12 meses	270.162	221.316
	344.549	253712
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	65.523	79.103
Passivo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais 12 meses	223.385	174.030
	288.908	253.133
Ativo de imposto diferido (líquido)	55.641	579
Ativo de impostos diferidos, líquidos, por empresa	55.641	15.979
Passivo de impostos diferidos, líquidos, por empresa	–	(15.400)
	55.641	579

A movimentação líquida de conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2018	2017
Em 1º de janeiro (passivo) ativo diferido	579	19.433
Despesa da demonstração do resultado (Nota 21.2)	(33.364)	(1.509)
Imposto relacionado com outros resultados abrangentes	88.298	(12.274)
Utilização compensação prejuízo fiscal parcelamento	128	(5.071)
Em 31 de dezembro ativo (passivo) diferido	55.641	579

Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	2018	2017
Ativo de impostos diferidos sobre:		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	149.415	161.248
Base de cálculo negativa de contribuição social	55.085	59.077
Perda no cálculo do valor justo do ativo biológico	17.587	–
Prêmio de opções com ações	2.882	3.694
Provisão de contingências	1.285	660
Demais provisões	6.953	152
Variação cambial regime de caixa	100.379	21.027
Outras diferenças temporárias	10.962	7.853
	344.548	253.711
Passivo de impostos diferidos sobre:		
Depreciação - diferença de vida-útil	12.473	13.637
Depreciação acelerada e incentivada	225.453	147.610
Ganho no cálculo do valor justo do ativo biológico	–	29.347
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado	4.113	4.332
Juros capitalizados	29.632	29.556
Ganhos em operações de hedge não liquidadas	13.952	3.889
Amortização fiscal do ágio	–	1.905
Incorporação investimentos nas controladas (Nota 13)	–	19.622
Outras diferenças temporárias	3.284	3.234
	288.907	253.132
Ativo de impostos diferidos, líquido	55.642	579
Ativo de impostos diferidos, líquidos, por empresa	55.641	15.979
Passivo de impostos diferidos, líquidos, por empresa	–	(15.400)
	55.641	579

22.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2018	2017
Imposto corrente	(302)	(35.569)
Imposto diferido	(33.366)	(1.526)
Imposto de renda e contribuição social	(33.668)	(37.096)

22.3. Reconciliação do IR e da CS com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2018 IRPJ	2018 CSLL	2018 Total	2017 IRPJ	2017 CSLL	2017 Total
Lucro antes do IR e da CS	314.486	314.486	314.486	120.583	120.583	120.583
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(78.622)	(28.304)	(106.926)	(30.146)	(10.852)	(40.998)
Despesas não dedutíveis	(3.817)	(1.374)	(5.191)	(1.895)	(683)	(2.578)
Reintegra	27.116	9.762	36.878	3.940	1.418	5.358
Programa de alimentação ao trabalhador	1.791	–	1.791	1.589	–	1.589
Equivalência patrimonial	(973)	(351)	(1.324)	–	–	–
Realização de investimento AVJ	34.563	12.443	47.006	–	–	–
(desreconhecidos) reconhecidos no exercício	(6.245)	(2.248)	(8.493)	(278)	(100)	(378)
Tributos sobre exclusões permanentes	(106)	(38)	(144)	–	–	–
Prejuízo fiscal não reconhecido	1.064	351	1.415	(68)	(25)	(93)
Outras	842	479	1.320	3	1	4
Tributos no resultado	(24.387)	(9.280)	(33.668)	(26.855)	(10.241)	(37.096)

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Controladora:

Principais saldos	Adecoagro LP SCS	Adecoagro Vale do Ivinhema S.A	Outros	2018 Total	2017 Total
Ativo circulante					
Partes relacionadas - dividendos a receber	–	28.250		28.250	11.017
Passivo circulante					
Partes relacionadas	–	173	–	173	21
Passivo Não circulante					
Partes relacionadas - outros passivos	–	–	2.111	2.111	2.111
Partes relacionadas - dividendos a pagar	27.263	–	987	28.250	5.590
Principais operações					
Reembolso de despesas corporativas (i)	–	(248)	–	(248)	(276)
Dividendos recebidos	–	171.000	–	171.000	–
Dividendos distribuídos	163.600	–	6.763	170.363	11.017

23.2. Consolidado:

Principais saldos	Adecoagro Uruguay S.A	Adecoagro S.A	Pilagá S.A.	Adecoagro LP SCS	Outros	2018 Total	2017 Total
Ativo circulante							
Partes relacionadas - contas a receber de clientes (iii)	23.287	–	–	–	–	23.287	1.064
Partes relacionadas - outros ativos	–	–	–	–	660	660	181
Passivo circulante							
Partes relacionadas - fornecedores	–	–	–	–	–	–	2.214
Partes relacionadas - outros passivos	205	–	–	–	–	205	–
Partes relacionadas - dividendos a pagar	–	–	–	27.263	1.012	28.275	5.615
Partes relacionadas - empréstimos (ii)	–	38.576	–	–	–	38.576	–
Passivo Não circulante							
Partes relacionadas - empréstimos (ii)	–	1.585.568	–	–	–	1.585.568	–
Principais operações							
Receita de venda	265.179	–	–	–	–	265.179	123.274
Custo de compra de materia-prima	–	–	(3.323)	–	(8.587)	(11.910)	(8.404)
Plano de remuneração em ações	–	–	–	–	(1.592)	(1.592)	(4.400)
Despesas financeiras	–	(128.955)	–	–	–	(128.955)	(28.041)
Dividendos proposto para distribuição	–	–	–	27.263	1.012	28.275	5.615

23.3. Outras informações: (i) As recuperações de despesas corporativas referem-se à alocação de gastos corporativos, administrativos e comerciais, inclusive remuneração da administração, apurados por rateios e repassados pela controlada AVI à Companhia e as demais empresas do Grupo (Nota 1.2). (ii) Em 31/12/2018, como garantia de empréstimos e financiamentos, a Companhia concedeu aval para as sociedades controladas AVI e UMA e a controladora Adecoagro S.A., no montante de R$ 2.640.239 (2017 - R$ 2.534.542). (iii) A "Adecoagro Uruguay S.A." é uma companhia do Grupo Adecoagro, localizada no Uruguai, e realiza certas operações de exportação de *commodities* de diversas companhias do grupo no Brasil, Argentina e Uruguai. Em 2018 e em 2017, as operações de venda realizadas referem-se à exportação de açúcar das controladas, com as seguintes condições de venda: a) AVI - Açúcar VHP, com preço em centavos por libra peso conforme Tela da Bolsa de Nova York (*Sugar#11*) e prêmio ou desconto de *basis* dado pelo mercado no momento da venda, multiplicado por 22,0462 para conversão em dólares por toneladas, acrescido de prêmio de polarização (qualidade do açúcar), que pode variar entre 3,75% e 4,2%. Do montante do preço bruto apurado é descontado a taxa de elevação conforme definida em contrato. b) UMA - Açúcar cristal, com preço em centavos por libra peso conforme Tela da Bolsa de Nova York (Sugar#11), multiplicado por 22,0462 para conversão em dólares por toneladas, acrescido de prêmio de cristal, que já incluem todos os custos logísticos, de acordo com contrato; e açúcar VHP, com preço em centavos por libra peso conforme Tela da Bolsa de Nova York (Sugar#11) e prêmio ou desconto de *basis* dado pelo mercado no momento da venda, multiplicado por 22,0462 para conversão em dólares por toneladas, acrescido de prêmio de polarização (qualidade do açúcar), que pode variar entre 3,75% e 4,2%. Do montante do preço bruto apurado é descontado a taxa de elevação conforme definida em contrato. (iv) As despesas financeiras correspondem a liquidação de juros semestrais de empréstimos das controladas AVI e UMA com Adecoagro S.A. na modalidade de pré-pagamento de exportações cuja liberação foi em 2017 (Nota 16). **23.4. Remuneração da administração:** A alta administração refere-se aos diretores. Em 2018, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, compreende salário e encargos sociais, gratificações, plano de remuneração de ações, no montante de R$ 6.676 (2017 - R$ 7.537) foi paga pela Controlada "AVI" e rateada com as demais empresas do Grupo.

24. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 31/12/2018, o Grupo possui compromissos firmados com clientes para a entrega, com preços já fixados, prevista para a safra 2018/2019, e que serão reconhecidos contabilmente quando da entrega física dos produtos negociados, conforme apresentado abaixo: Etanol: 12.823 metros cúbicos (2017 - 9.273); Açúcar: 11.498 toneladas (2017 - 27.848); Energia elétrica: 636.648 Mwh (2017 - 408.236).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social: Em 31/12/2018, o capital social está dividido em 134.940.484.653 (2017 - 134.940.484.653) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Em AGE 28/04/2017, foi aprovado aumento do capital social da Companhia em R$ 11.029 mediante emissão de 1.102.870.679 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), pela sua controladora Adecoagro LP SCS. Em Assembleia Geral Extraordinária 31/08/2017, foi aprovado a emissão de 454.278.085 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como contribuição de capital em ações (sem movimentação de caixa), em favor de sua investidora Adecoagro LP SCS., relativo a ações restritas concedidas às subsidiárias da Companhia no montante de R$ 4.543, para o respectivo reembolso à Adecoagro S.A pela Adecoagro Brasil Participações S.A, conforme contrato Nota 32. **25.2. Destinações do lucro:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os lucros apurados terão a destinação que os acionistas determinarem. No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório da legislação societária, que determina que após a absorção de prejuízos acumulados e destinação para Reserva Legal no mínimo de 25% do lucro líquido do exercício será distribuído aos acionistas. A Reserva Legal foi constituída com base em 5% dos lucros apurados após absorção dos prejuízos. De acordo com Assembleia Geral Extraordinária em novembro de 2018 os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos antecipados no montante de R$28.250 pendentes de pagamento. **25.3. Lucro por ação: 25.3.1. Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período, conforme abaixo:

	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas	280.818	83.487
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício, em milhões de ações	134.940	133.383
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhões de ações	134.940	134.162
Lucro básico por lote de um milhão de ações - R$	2,08	0,62

25.3.2. Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias potenciais para fins de diluição. **25.4. Ajustes de avaliação patrimonial: (a) Custo atribuído:** Refere-se ao efeito do reconhecimento do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º de janeiro de 2009. A administração da controlada "UMA", com base no disposto no CPC 37, optou por mensurar seu ativo imobilizado pelo mesmo valor utilizado na preparação das demonstrações financeiras de sua controlada, uma vez que o custo atribuído desses ativos já foi determinado quando da transição das demonstrações financeiras da controladora para as Normas Internacionais para Relatórios Financeiros - IFRS. O ajuste de avaliação patrimonial é realizado com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para prejuízos acumulados. **(b) *Hedge accounting*:** A parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos derivativos e não derivativos, designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial», que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. **25.5. Prêmio em ações restritas:** Refere-se ao plano de remuneração em opções de ações restritas da Adecoagro S.A., controladora do Grupo (Nota 1.2), de direito de executivos da Companhia e de suas controladas, e que constituem obrigação da sociedade controladora, nos termos descritos na Nota 32.

26. RECEITAS DE CONTRATOS COM CLIENTES (CONSOLIDADO)

A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, ou seja, quando é possível identificar com segurança o contrato, a obrigação de desempenho, o preço da transação e alocar corretamente o preço da transação. Isso ocorre quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O Grupo fabrica e vende açúcar, etanol energia. As vendas desses produtos são reconhecidas quando o Grupo efetua a entrega desses produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita bruta das vendas		
No mercado interno	1.632.405	1.100.846
No mercado externo	332.446	724.307
	1.964.851	1.825.153
(-) Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(274.381)	(189.103)
Receita líquida das vendas	1.690.470	1.636.050

27. CUSTOS DAS VENDAS (CONSOLIDADO)

	Nota	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Estoques em 1º de janeiro	9	113.761	162.327
Custo de produção industrial	28	1.299.268	1.210.863
Custo de produção agrícola	28	26.897	28.111
Custo de beneficiamento		3.713	310
Compras para revenda		63.333	68.676
Variação do valor justo do produto agrícola colhido		23.607	7.806
Ajuste do valor realizável líquido		(7.194)	3.702
Ajustes de inventários		240	(52)
Recuperação de impostos (i)		(116.621)	(89.774)
Estoques em 31 de dezembro	9	(154.830)	(113.709)
Custos das vendas		1.252.175	1.278.260

(i) Referem-se a impostos recuperáveis ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, PIS - Programa de integração social, COFINS - Contribuição para financiamento de seguridade social e REINTEGRA - PIS/COFINS.

28. DESPESAS POR NATUREZA

28.1. Controladora:

	2018 Despesas administrativas	2017 Despesas administrativas
Encargos de depreciação e amortização	–	9
Serviços profissionais	45	42
Despesas corporativas administrativas	248	276
Gastos Legais	90	–
Outras despesas e custos	1	9
Total despesas	384	336

28.2. Consolidado:

	Custo de produção Agrícola	Custo de produção Industrial	Despesas com vendas	Despesas administrativas	2018 Total	2017 Total
Salários e benefícios a empregados	1.381	171.455	8.462	22.950	204.248	190.145
Encargos de depreciação e amortização plantio	–	223.434	–	–	223.434	172.183
Encargos de depreciação e amortização	480	204.975	2.344	3.767	211.566	216.653
Insumos agrícolas	4.729	–	–	–	4.729	23.514
Insumos industriais	–	39.777	–	–	39.777	23.897
Cana comprada a fornecedores	–	50.136	–	–	50.136	108.801
Combustíveis e lubrificantes	681	96.985	337	1.348	99.351	82.836
Despesas de transporte	–	–	57.082	72	57.154	80.225
Energia elétrica	–	930	76	486	1.492	5.412
Despesas com distribuição de energia	–	–	9.758	–	9.758	10.580
Manutenção e reparos	200	72.882	824	2.100	76.006	57.422
Contratação de obras e serviços	2.801	29.353	–	–	32.154	24.497
Impostos e taxas	13	(115)	600	3.138	3.636	13.127
Serviços profissionais	3	1.755	2.122	15.620	19.500	19.783
Comissões	–	–	1.733	–	1.733	1.509
Contingências	–	–	–	4.504	4.504	6.516
Aluguéis	146	6.218	149	374	6.887	6.989
Despesas corporativas administrativas	–	–	17	35.770	35.787	38.421
Seguro	–	3.183	94	147	3.424	2.886
Despesas de viagem	–	699	334	1.141	2.174	1.858
Armazenagem	–	–	295	–	295	–
Outras despesas e custos	151	21.836	8.690	1.761	32.438	9.879
Subtotal	10.585	923.503	92.918	93.177	1.120.183	1.097.133
Cana-de-açúcar própria consumida		375.765			375.765	346.816
Total custos e despesas	10.585	1.299.268	92.918	93.177	1.495.948	1.443.949

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Resultado na alienação/baixa do ativo imobilizado	–	–	(2.516)	(7.003)
Ganho na venda de subsidiárias (iii)	–	–	130.202	–
Ajustes de inventários físicos	–	–	(52)	(49)
Ganhos com instrumentos financeiros contratados para a proteção de operações com *commodities* (i)	–	–	168.974	111.870
Reversão de provisão para contingências	–	–	1.394	4.748
Perdas de operações de energia entre submercados (ii)	–	–	–	(10.599)
Impairment de perdas por irrecuperabilidade de ativos	–	–	(2.497)	(57)
Despesas com funrural (Nota 17)	–	–	(928)	–
Resultado na venda de materiais diversos	–	–	(568)	–
Outros	(34)	(3)	4.192	3.905
	(34)	(3)	298.201	102.815

(i) Referem-se aos resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos contratados para a proteção nas operações de produtos. Em 2018 foram R$ 168.083 ganhos com açúcar e R$ 892 com etanol (2017 - ganho R$ 109.396 e R$ 2.501 respectivamente). (ii) Perdas apuradas em operação de energia elétrica com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) relativo à compensação entre as entregas de diferentes submercados. (iii) Refere-se ao resultado pela venda das subsidiárias Q045 - Negócios Imobiliários Ltda. e Q043 - Negócios Imobiliários Ltda. a primeira delas vendida pelo valor de R$ 120.000 gerando um ganho líquido de R$ 77.482, e a segunda delas vendida pelo valor de R$ 68.096 gerando um ganho líquido de R$ 52.721.

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas financeiras				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	9	47	17.590	11.677
Outras receitas financeiras	217	26	4.569	5.045
Instrumentos financeiros derivativos - moeda	–	–	–	362
Hedges de fluxo de caixa, transferência do patrimônio	–	–	675	–
Ganhos cambiais de atividades financeiras, líquidas (iii)	–	–	52	10.881
Total das receitas financeiras	226	73	22.886	27.965
Despesas financeiras				
Empréstimos bancários	–	–	(33.669)	(129.073)
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	(128.955)	(27.789)
Despesas com liquidação antecipada de empréstimos (v)	–	–	–	(35.121)
Outras despesas financeiras	(296)	(5)	(6.863)	(8.207)
Instrumentos financeiros derivativos - moeda, líquidos (i)	–	–	(12.430)	(1.895)
IOF	–	–	(808)	(1.847)
Perdas cambiais de atividades financeiras, líquidas (iii)	–	–	(15.512)	(184)
Perdas decorrentes do ajuste a valor presente	–	–	–	(44)
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio (iv)	–	–	(12.725)	(47.132)
Menos: montantes de despesas financeiras capitalizados em ativos qualificados (ii)	–	–	7.258	4.931
Total das despesas financeiras no resultado	(296)	(5)	(203.704)	(246.361)
Resultado financeiro	(70)	68	(180.818)	(218.396)

(i) Os instrumentos financeiros derivativos de moeda são apresentados líquidos de "*hedge accounting*" na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos, líquidos". Em 2018: NDF - moeda: perdas R$ (5.925), *swap*: perda R$ (6.505). Em 2017: NDF - moeda: perda R$ (3.931) e perdas R$ (6.136), *swap*: ganho R$ 69, e *hedge accounting swaps*: R$ 8.103. (ii) Os montantes de despesas capitalizados sobre os empréstimos captados referem-se a juros sobre empréstimos bancários de R$ 7.258 (2017 - R$ 4.931). (iii) Os ganhos e perdas cambiais foram apresentados líquidos de "*hedge accounting*" na rubrica de "Ganhos (Perdas) cambiais de atividades financeiras, líquidas". Em 2018: ganhos R$ 397.817, perdas R$(670.864) e *hedge accounting* R$ 257.587 (2017 foram: ganhos R$ 280.548, perdas R$ (281.785) e *hedge accounting* R$ 11.934). (iv) Os montantes realizados do *hedge* de fluxo de caixa são transferidos do patrimônio líquido ao resultado na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa - transferência do patrimônio". Em 2018 os valores transferidos referem-se: Dívidas: perda (R$ 13.815) e *hedge accounting swaps*: ganho R$ 1.090. (2017 Dívidas: perda (R$ 47.132)). (v) Em 31/12/2017 foram realizados gastos necessários a liquidação antecipada dos empréstimos e financiamentos, entre eles, baixa de despesas capitalizadas, penalidades e margem de compra de performance (Nota 16).

31. INCENTIVOS FISCAIS - ICMS

A controlada "AVI" possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, referente a crédito presumido de ICMS nas vendas de etanol. Em 08/08/2017, foi publicada a Lei Complementar 160, que dispõe sobre o Convênio 190 publicado em 18/12/2017, que permitiu aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2o do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais. De acordo com Cláusula oitava do Convênio 190/17, ficam remetidos e anistiados os créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, decorrentes dos benefícios fiscais instituídos, por legislação estadual em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do §2º do art. 155 da Constituição Federal. De acordo com a Cláusula decima, inciso I do mesmo convênio, as unidades federadas que editaram os atos e que atender as exigências previstas neste convênio, fica autorizado a prorrogar até 2.032 os benefícios fiscais, nos termos dos atos vigentes na data da publicação da ratificação nacional deste convênio. No ano de 2018 os "Temos de Acordo - 834/05, 672/11, 698/12 e 899/06", foram renovados até o ano de 2.032, sendo que a prorrogação foi publicada no diário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul em 26/09/2018. A Companhia cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Complementar 160/2017 e Convênio 190/17, sendo que já está de posse do Certificado de Registro de Depósito - SE/CONFAZ Nº 58/2018 - do Estado de Mato Grosso do Sul e Certidão de Registro de Depósito das duas unidades da Adecoagro em Mato Grosso do Sul.

32. PLANOS DE REMUNERAÇÃO EM OPÇÕES DE AÇÕES E AÇÕES RESTRITAS

Refere-se ao plano de remuneração com base em ações da Adecoagro S.A., controladora do Grupo (Nota 1.2), de direito de executivos do Grupo, e que constituem obrigação com a sociedade controladora Adecoagro S.A. Em 1º/01/2014, a Adecoagro Brasil Participações S.A. firmou um contrato com a Adecoagro S.A. (controladora de todo o Grupo, e com capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque), para ressarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do grupo no Brasil. Em 1º/01/2016, a Adecoagro Brasil Participações S.A., firmou um contrato com as suas subsidiárias: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., Usina Monte Alegre Ltda. e Adecoagro Commodities Ltda., com anuência da Adecoagro S.A. **32.1. Plano de opções de ações (*Stock options*):** O plano *Stock options* é oferecido para diretores e para determinado grupo de empregados e assegura o direito de aquisição ou subscrição de ações da Adecoagro S.A. (holding do Grupo) por um preço determinado na outorga. As opções outorgadas conferirão aos titulares o direito de subscrever ações do capital social da holding do Grupo, conforme segue: (i) The Adecoagro plan 2004 Stock Incentive Option Plan - 33% após um ano da data da oferta; 33% após o segundo ano da oferta, e os demais 34% após o terceiro ano da oferta; (ii) The Adecoagro plan 2007 Equity Incentive Plan - 25% após um ano da data da oferta; 25% após o segundo ano da oferta; 25% no terceiro ano, e os demais 25% após o terceiro ano da oferta. Esse plano estabelece condições para o exercício dessas opções, como o prazo mínimo para o exercício de dez anos, com possibilidade de renovação, a não vinculação do benefício a métricas de desempenho, e o término do vínculo empregatício por razão de morte ou demissão por justa causa. A variação do número de opções de ações em aberto do Grupo Adecoagro Brasil e seus respectivos preços médios podem ser apresentados a seguir:

Consolidado	The Adecoagro plan 2004 Stock Incentive Option Plan: Quantidade de opções (milhares)	The Adecoagro plan 2004 Stock Incentive Option Plan: Preço médio ponderado de exercício por ação (em US$)	The Adecoagro plan 2007 Equity Incentive Plan: Quantidade de opções (milhares)	The Adecoagro plan 2007 Equity Incentive Plan: Preço médio ponderado de exercício por ação (em US$)
Em 1º/01/2017	460	–	720	–
Saldo de opções liberadas (vesting) -UMA	420	6,89	648	13,05
Saldo de opções liberadas (vesting) - AVI	39	6,68	72	13,19
Em 31/12/2017	460	–	720	–
Saldo de opções liberadas (vesting) - AVI	236	6,64	195	13,40
Em 31/12/2018	236	–	195	–

32.1.2. Plano de ações restritas (Restricted shares): O plano *Restricted shares* consiste na concessão de ações restritas a determinados funcionários do Grupo. Esse plano é administrado pelo Comitê de remuneração do Grupo e está em vigor desde o exercício de 2010. As ações concedidas a cada ano serão outorgadas aos beneficiários em quotas iguais, durante o período de três anos (33% por ano, na data definida para outorga), desde que o beneficiário continue prestando serviço às empresas do Grupo. O beneficiário perde o direito do benefício não outorgado em caso de extinção do vínculo com o Grupo antes da data definida para a outorga das ações. Em 1º de janeiro de 2014, a Adecoagro Brasil Participações S.A. firmou um contrato com a Adecoagro S.A. (controladora de todo o Grupo, e com capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque), para ressarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do grupo no Brasil. Em 1º de janeiro de 2016, a Adecoagro Brasil Participações S.A., firmou um contrato com as suas subsidiárias: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., Usina Monte Alegre Ltda., Adecoagro Commodities Ltda e Adeco Agropecuária Brasil Ltda., com anuência da Adecoagro S.A., mediante o qual as subsidiárias reembolsaram valores transferidos definitivamente aos beneficiários das ações ("*Vesting*") a partir do corrente ano, sendo registrado em 2018 o valor de R$ 3.498 (2017 - R$ 4.544) que será liquidado em caixa ou utilizado para aumento de capital em favor das sociedades controladoras até a Companhia, que é contratualmente responsável por reembolsar Adecoagro S.A. No momento em que as ações-restritas ("*Restricted Shares*") concedidas são liberadas ao titular ("*Vesting*"), o Grupo efetua o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas. Cada ação concedida equivale a uma ação ordinária e o valor do benefício concedido é mensurado ao valor justo na data de apresentação das demonstrações financeiras das suas controladas. Em 2018 a companhia recebeu os valores de suas controladas e liquidou R$ 3.498 em favor de Adecoagro S.A. (2017 - R$ 4.544 a companhia integralizou o capital das suas controladas). Em 31 de dezembro de 2018, as controladas da Companhia registraram o saldo de ações outorgadas que ainda estão pendentes de vesting, registradas a valor de mercado no montante de R$9.730. O número de ações correspondentes ao benefício concedido é como segue:

Consolidado - Ações restritas (Restricted shares - Plan 2010)	Quantidade de ações restritas	Preço de mercado por ação (em US$)	Total a valor justo (em milhares de reais)
Em 1º/01/2018	281.163	10,38	9.616
Movimentação de outorgas no período	132.343	–	1.382
Vestiadas no período	(135.411)	7,44	(3.498)
Saldo de ações outorgadas não vestiadas			
Plano 2010 - outorga em 2016	37.693	6,96	1.018
Plano 2010 - outorga em 2017	82.473	6,96	2.224
Plano 2010 - outorga em 2018	157.929	6,96	4.258
Em 31/12/2018	278.095	–	7.500
Movimentação de outorgas no período	121.477	–	4.431
Vestiadas no período	(125.567)	11,28	(4.544)
Saldo de ações outorgadas não vestiadas			
Plano 2010 - outorga em 2015	60.749	10,34	2.077
Plano 2010 - outorga em 2016	83.754	10,34	2.864
Plano 2010 - outorga em 2017	136.660	10,34	4.675
Em 31/12/2017	281.163	–	9.616

33. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2018, os riscos cobertos e montantes das coberturas são resumidos como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Consolidado Montante máximo da cobertura
Edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e outros	1.619.050
Estoques de produtos acabados	Riscos diversos	372.480
Máquinas e equipamentos agrícolas	Incêndio, raio, explosão e implosão. Roubo, furto, danos elétricos e responsabilidade civil	126.517
Veículos	Casco	Mercado
Lucros cessantes	Riscos diversos	1.160.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores (i)	Responsabilidade civil de administradores e diretores para com a sociedade e as autoridades	193.740

(i) O Grupo possui apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores com cobertura máxima de US$ 50.000.000, equivalente à R$ 193.740. Esta cobertura máxima é compartilhada com as demais empresas do Grupo (Nota 1.2). O valor da cobertura de seguros para os estoques de produtos acabados é variável, conforme as quantidades de produtos em estoque. As lavouras de grãos, café e cana-de-açúcar não são cobertas por seguros, mas as controladas adotam medidas preventivas como, por exemplo, brigada de incêndio.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2019, a controlada AVI concluiu a venda da sua subsidiária Q065 Negócios Imobiliários Ltda., cujo principal ativo subjacente é a Fazenda Alto Alegre, por R$ 63.200, dos quais R$ 2.900 já foram liquidados até a data da emissão dessas demonstrações financeiras e o saldo remanescente será recebido em sete parcelas anuais a partir de junho de 2019. Essa operação registrou um ganho de R$ 38.600 no resultado e que será incluído na rubrica de "Outras receitas operacionais líquidas" como "Ganho com venda de subsidiárias". Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu dividendos antecipados de sua Controlada Adecoagro Vale do Ivinhema S.A no montante de R$ 28.250 e por sua vez antecipou os dividendos para seus respetivos acionistas no mesmo montante.

DIRETORIA

LEONARDO RAUL BERRIDI
Administrador

NICOLAS MARTIN SCHAEFFTER
Administrador

BARBARA NOEMI SAYAGO
Controller

CONTADOR

FERNANDO FIGUEIREDO
CRC 1SP-167985/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Adecoagro Brasil Participações S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Adecoagro Brasil Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adecoagro Brasil Participações S.A. e da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Partes relacionadas:** Chamamos atenção para a Nota 23 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1